

ANMP fez um severo ataque ao Algarve acusa Luís Gomes

Autarca já solicitou que classificação dos «Municípios de Baixa Densidade» seja um dos temas da reunião, no dia 13, da Amal



O presidente da Câmara Municipal de Vila Real de Santo António Luís Gomes considera que a alteração dos critérios de classificação dos «Municípios de Baixa Densidade» representa um severo ataque ao Algarve e lamenta que a maioria dos seus concelhos e territórios mais fragilizados fique impedida de aceder a mecanismos de financiamento nos próximos anos.

Da mesma forma, o autarca considera «estranho» que, no caso do Baixo Guadiana, todo o território fique abrangido por este mecanismo, à exceção de Vila Real de Santo António, concelho que representa uma continuidade

natural desta zona e possui importantes desafios ao nível da requalificação da foz deste rio.

Em consequência, Luís Gomes responsabiliza a Associação Nacional dos Municípios Portugueses pela criação de critérios de classificação «severamente penalizadores» da coesão intermunicipal e já solicitou, com urgência, a inclusão deste problema na ordem de trabalhos da reunião, que terá lugar a 13 de abril, do Conselho Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal do Algarve (AMAL).

«Esta proposta apresentada pela Associação Nacio-



nal dos Municípios Portugueses nada mais faz do contribuir para o aumento das assimetrias nacionais e regionais, deixando de fora muitos concelhos que encontrariam nesta classificação a possibilidade de obterem apoios comunitários específicos e assim revitalizarem as suas zonas rurais», afirmou o presidente da Câmara Municipal de Vila Real de Santo António.

«Mais do um ataque às freguesias rurais, esta proposta cria um conjunto de critérios de discriminação negativa que deverão ser corrigidos no mais curto espaço de tempo», conclui Luís Gomes.

32% dos portugueses não conseguem suportar despesas inesperadas

Uma parte considerável dos consumidores portugueses, 32 por cento, admite não ter qualquer capacidade de suportar uma despesa mensal extra, como consertos de automóvel, coimas, tratamentos médicos ou obras em casa.

Esta percentagem aumentou bastante em relação ao mesmo inquérito no ano passado (24 por cento) e em 2013 (10 por cento), sendo estas as conclusões do mais recente estudo da Cetelem, que analisou o nível de literacia financeira dos consumidores portugueses.

Questionados sobre a capacidade de suportar despesas mensais extra, são muitos os consumidores (36 por cento) que não sabem ou não querem responder. Quanto aos inquiridos que afirmam ter capacidade para fazer face a despesas inesperadas situam-se nos 42 por cento,

sendo o valor disponível para essas despesas muito variável.

A análise constata que, quanto maior o valor da despesa extra, menos são os consumidores com capacidade para a suportar. Quando surge uma despesa inesperada, cerca de 15 por cento dos portugueses diz conseguir suportar até 100 euros num mês. Há ainda 9 por cento de pessoas a afirmar conseguir pagar gastos extra até 250 euros, seguindo-se 8 por cento se a despesa for um valor até 500 euros e 6 por cento até 1000 euros num mês.

Apenas 3 pontos percentuais consegue fazer face a despesas até aos 4000 euros e é praticamente residual a percentagem de consumidores a poder ir além desse valor (1 ponto percentuais).

«Apesar dos sinais de retoma económica, constatamos que a per-

centagem de portugueses sem qualquer capacidade para fazer face a despesas mensais inesperadas continua a aumentar. Para muitas famílias, o peso das despesas fixas no seu orçamento é tal que resta pouco espaço para gastos extras.

É, por isso, necessária uma grande ginástica orçamental para conseguir enfrentar despesas inesperadas sem recorrer a nenhum empréstimo», explica Diogo Lopes Pereira, diretor de marketing do Cetelem.

O estudo Cetelem sobre a Literacia Financeira foi realizado entre os dias 12 e 17 de fevereiro em colaboração com a Nielsen, através de 500 entrevistas telefónicas a portugueses de ambos os sexos, com idades compreendidas entre os 18 e os 65 anos, residentes em Portugal. O erro máximo é de +4.4 para um intervalo de confiança de 95 por cento.

Algarve tem 37 por cento das vendas do EasyToll

A Estradas de Portugal revelou que, nesta Páscoa, o número de adesões ao sistema de EasyToll superou as 8600, num aumento de 19,3 por cento, em relação ao ano passado. Os quatro dias de fim de semana prolongado foram marcados, segundo nota de imprensa desta entidade, pela forte afluência de turistas estrangeiros, em particular dos vizinhos espanhóis. «Foi no primeiro dia que se verificaram mais de metade do total das adesões, com 4554 registadas só na quinta-feira», anunciou a Estradas de Portugal. O Algarve, com um ponto de venda na A22, foi a região com maior volume de adesões, com um total de 3176 nos quatro dias, o que representa 37 por cento do total, um aumento de 32 por cento em relação à Páscoa de 2014.

Ainda que a Estradas de Portugal argumente que «os pontos de venda estão devidamente dimensionados respondendo com elevada eficácia às normais necessidades diárias e, apesar de ocasionalmente por breves trechos acontecer alguma acumulação de trânsito, o processo de adesão decorreu de forma célere e eficaz». No entanto, foram vários os turistas que tiveram que esperar muito para conseguir entrar em Portugal pela A22, vindos da Ponte Internacional do Guadiana.

De resto, o EasyToll é uma solução de pagamento simples, segura e rápida, sendo a preferida pelos utilizadores de veículos de matrícula estrangeira que entram em Portugal, registando um aumento do 80 por cento em três anos.